RBMT
www.rbmt.com.br
Notícias sem moagem
Com jornalista
Leonardo de Oliveira
Sexta-Feira, 29 de Agosto de 2025

Tirar dinheiro do Banco do Brasil? Como grupos de WhatsApp acreditaram em 'falência' devido a sanções dos EUA

Vitor Tavares / BBC

Bancários protestaram na Avenida Paulista, em São Paulo

"*Tire seu dinheiro do Banco do Brasil*"

"*Brasileiros sacando seu dinheiro pelo risco Moraes/Dino*".

Há pouco mais de uma semana, muitos brasileiros que abriram as redes sociais e os grupos de WhatsApp receberam mensagens como essas em forma de vídeo, foto e texto.

Mas, desde segunda-feira (25/8), elas também estão nas mãos da Polícia Federal (PF).

Sob argumento de que tinham como objetivo "gerar caos no sistema financeiro nacional", a Advocacia-Geral da União (AGU), acionada pela Procuradoria do Banco Central (BC), enviou uma notícia-crime à PF pedindo abertura de uma investigação.

Observa-se uma ação articulada de disparo massivo de publicações que buscam aterrorizar a sociedade", disse a AGU.

Uma percepção que se confirma com dados de monitoramento de mais de 100 mil grupos públicos no WhatsApp e 5 mil no Telegram.

O levantamento da empresa de análise de tendências sociais Palver, a pedido da BBC News Brasil, mostra que o Banco de Brasil virou tema frequente de mensagens na segunda quinzena de agosto, com uma prevalência clara de mensagens com conteúdos alarmistas sobre o futuro da instituição.

"A maior parte das mensagens tinham como objetivo principal causar pânico, uma vez que esse é um tema bastante sensível para a população brasileira, vide o fantasma da inflação e do confisco das poupanças", analisa o cientista de dados Lucas Cividanes, da área de inteligência e análise da Palver.

De pano de fundo para o "alarme", está a atuação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

Alvo do governo de Donald Trump, nos EUA, por supostamente comandar uma "caça às bruxas" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, Moraes foi sancionado pela chamada Lei Magnitsky no final de julho.

A lei americana visa sancionar estrangeiros que promovam violações de direitos humanos — no caso de Moraes, um dos argumentos foi que o ministro abusa de sua posição de autoridade para minar a "liberdade de expressão" de cidadãos americanos, já que ele pediu suspensão de contas e redes sociais que desrespeitaram decisões judiciais no Brasil.

As sanções da Magnitsky visam estrangular financeiramente o alvo e incluem congelamento de bens nos EUA e proibição de qualquer pessoa ou empresa dos EUA de realizar transações econômicas com o indivíduo.

É aí que entra o Banco do Brasil. É pelo banco que os ministros do STF recebem salário.

Em tese, pela Magnitsky, cartões de crédito de Moraes emitidos por bandeiras americanas, como Visa e Mastercard, teriam que ser cancelados. Além disso, ele não poderia ter contas e investimentos em bancos que atuem no mercado americano, apesar de não estar claro qual o alcance das medidas.

De acordo com reportagem do jornal Valor Econômico em 21 de agosto, um cartão de crédito do ministro do BB foi cancelado e a ele foi oferecido um cartão Elo, de bandeira nacional — informação não confirmada oficialmente pelo banco nem pelo ministro.

Foi justamente nessa data em que foi registrado o pico de menções ao Banco do Brasil nos grupos de mensagens, segundo o levantamento da Palver.

Mas o que alimentou mesmo o tom do discurso dos influenciadores bolsonaristas foi uma nota divulgada pelo próprio Banco do Brasil em 19 de agosto.

Nela, a instituição dizia: "O Banco do Brasil atua em plena conformidade à legislação brasileira, às normas dos mais de 20 países onde está presente e aos padrões internacionais que regem o sistema financeiro".

No WhatsApp, o apego foi à frase "O Banco do Brasil atua em plena conformidade à legislação brasileira".

Um dia antes da publicação da nota, o ministro Flávio Dino, do STF, havia proibido a aplicação no Brasil de sentenças judiciais e leis estrangeiras que não estejam validadas por acordos internacionais ou referendadas pela Justiça brasileira.

Isso incluiria a Lei Magnitsky, usada para retaliar Moraes.

Estava formada aí a "tempestade perfeita" para a campanha contra o BB nas redes.

A escalada contra o BB

Os dados analisados pela Palver mostram que o início da onda de mensagens sobre o Banco do Brasil começou, na verdade, no dia 14 de agosto, antes da decisão de Dino. Foi ali que o número de menções à instituição escalaram até chegar ao pico no dia 21.

No dia 14, foi divulgado que o Banco do Brasil teve um lucro líquido ajustado de R$ 3,8 bilhões no segundo trimestre deste ano — 60% menor que o registrado no mesmo período do ano passado e pior do que esperado pelo mercado.

Entre os motivos, está a alta na inadimplência de pessoa física e do agronegócio — o BB é o maior financiador do setor do país, que enfrenta uma onda de recuperações judiciais.

Na análise de Reinaldo Boesso, fundador da fintech TMB e com atuação em fundos de investimentos, o problema no agro também está por trás de outra notícia sobre o BB que inflamou a base bolsonarista.

No dia 21, o banco divulgou que os dividendos referentes ao terceiro trimestre de 2025 serão pagos integralmente apenas em 11 de dezembro de 2025, segurando o pagamento antecipado.

"É um problema econômico que ele está se precavendo e ponto. E está tudo bem. Isso é claramente o que o mercado financeiro sempre fez: segurar quando dá algum problema para se manter capitalizado e não ter uma crise", avalia Boesso.

Mas o resultado financeiro aquém do esperado e o desenrolar das notícias sobre Moraes fizeram do banco um alvo em potencial nas redes sociais, indica a Palver.

"A lógica de atuação do ecossistema de extrema-direita nos aplicativos de mensagens vive de aberturas de janelas de oportunidade", analisa Lucas Cividanes.

"As narrativas buscam sempre se aproveitar de um fato político que possa explorar algum medo difuso existente na sociedade e soma-se a isso alguma camada conspiratória. Podemos dizer que é uma 'tempestade perfeita', mas há método para encontrá-la", completa.

Com a decisão de Dino sobre a eficácia automática de leis estrangeiras, as menções ao BB se aceleraram, segundo o levantamento da Palver.

O pico de menções, no dia 21, teve 120 mensagens sobre o banco a cada 100 mil — para efeito de comparação, a média histórica de menções a "Bolsonaro" é de 300 a cada 100 mil mensagens.

Entre os dias 28 de julho e 26 de agosto (período analisado pela Palver), 53% das mensagens identificadas nos grupos eram favoráveis às sanções do banco e 30% eram em defesa da instituição.

Uma das mensagens incluídas pela AGU na notícia-crime é do advogado Jeffrey Chiquini, que compartilhou um post no X com a mensagem: "Meu conselho a você que tem conta no Banco do Brasil: tire seu dinheiro de lá".

Esse conselho foi amplamente compartilhado por canais de direita nas redes sociais — o que levou o banco a agir.

Crédito,Reprodução/Palver

Legenda da foto,Advogado Chiquini diz que estava falando sobre investimentos em ações

Cividanes, da Palver, explica que a mensagem viral não acontece simplesmente "de cima para baixo" — ou seja, como uma criação de grandes personalidades influentes.

"São muitas vezes fruto de tentativa e erro. Mas fato é que uma vez que uma narrativa persevera, existe uma convergência para um tema específico", diz.

"Muitas vezes o gatilho são apitos de cachorro desses grandes empreendedores da economia da atenção."

Segundo a AGU, o ofício em que o Banco do Brasil informa quais são os perfis envolvidos na ação foi encaminhado à PF como anexo da notícia-crime.

Entre os perfis apontados pelo banco por "propagar a desordem financeira no País", além de Chiquini, estão os dos deputados federais Gustavo Gayer (PL-GO) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

A BBC News Brasil entrou em contato com os dois parlamentares, mas não obteve resposta.

Já o advogado Jeffrey Chiquini declarou que sua declaração dizia "respeito à realocação de investimentos em ações, pois, em razão da insegurança jurídica, o investimento se tornaria imprevisível."

Segundo Chiquini, "um conselho de investimento em ações é legítimo — e todo investidor o faz".

"A Lei Magnitsky é clara: bancos que tentam proteger sancionados também podem ser punidos", completou.

A reportagem não encontrou mais a mensagem destacada pela AGU no perfil de Chiquini no X.

Em nota à BBC News Brasil, a AGU declarou que "ao divulgar mensagens fomentando uma corrida bancária para retirada de dinheiro dos bancos, perfis em redes sociais evidenciam claro interesse de gerar caos no sistema financeiro nacional".

Segundo o órgão, a "coordenação de ataques" mostra uma intenção política de colocar a opinião pública contra o STF.

Contenção da sangria

Crédito,Getty Images

Legenda da foto,Ministro Fernando Haddad disse que havia ataques bolsonaristas contra BB

O levantamento da Palver mostra que as menções ao BB começaram a arrefecer já no dia 22 de agosto.

Nesse dia, o BB divulgou uma nota dizendo que "acompanha o surgimento de publicações inverídicas e maliciosas que disseminam desinformação em redes sociais".

"Declarações enganosas ou inverídicas que tenham como objetivo prejudicar a imagem do Banco do Brasil não serão toleradas. O Banco tomará todas as medidas legais cabíveis para proteger sua reputação, seus clientes e seus funcionários", dizia a nota.

No mesmo dia, a AGU fez o encaminhamento da notícia-crime à PF, comunicando a imprensa na segunda-feira (25).

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também tratou rapidamente do assunto. Em entrevista à TV GGN, ele afirmou que "tem acontecido ataque ao Banco do Brasil por parte de bolsonaristas na rede social, defendendo saques de valores do banco".

Os ataques também mobilizaram sindicatos e bancários. Na quarta-feira (27/8), num pequeno protesto em frente à sede do BB em São Paulo, na Avenida Paulista, bancários seguravam cartazes dizendo "BB é bom para o Brasil" e "Defender o Banco do Brasil é defender a soberania nacional".

"Queremos mostrar para população que o BB tem que respeitar as leis brasileiras, não dos EUA. O que for sobre os EUA, o banco de lá vai respeitar. Aqui, ele vai respeitar nossas leis", declarou no ato Ana Lúcia Ramos, secretária-geral da Federação dos Bancários.

A contenção do clima de ataque ao Banco do Brasil se diferencia de outra crise envolvendo o sistema financeiro: a do Pix, em janeiro. Na ocasião, o governo federal precisou revogar uma nova regra da Receita Federal sobre monitoramento das transações via Pix.

A revogação do ato normativo se deu, segundo a Receita, "por conta de distorções e notícias falsas sobre a medida", que espalharam a informação de que o Pix seria taxado.

Nesta quinta-feira (28/8), em meio à deflagração das operações contra um esquema supostamente utilizado pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), o ministro Haddad chegou a declarar que o recuo do governo sobre o Pix em janeiro atrasou uma maior fiscalização sobre as fintechs — empresas de tecnologia que prestam serviços financeiros apontadas como parte fundamental para movimentar o dinheiro do crime organizado.

Fonte: BBC NEWS BRASIL

- Vitor Tavares
- Da BBC News Brasil em São Paulo